

A territorialização camponesa e do agronegócio no Norte de Minas: algumas leituras preliminares

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira¹
Rosilene Gonçalves da Silva
Franciele Alves da Silva

Resumo: Entender a resistência camponesa, em meio às grandes transformações ocorridas no campo, através do processo de territorialização do agronegócio no Norte de Minas Gerais são as reflexões centrais deste trabalho. Assim, aborda-se a lógica das Minas e os Gerais, a partir das contradições entre a territorialização do campesinato e do agronegócio. Como objetivos secundários apontamos e discutimos as conflitualidades entre o agronegócio e o campesinato, desde aquelas geradas na conquista da terra, até as disputas territoriais travadas entre estes dois modelos no Norte de Minas Gerais. Busca-se assim, compreender a luta pela terra e a territorialização entre classes distintas as quais estão em um iminente conflito. Para tecer tais análises foram coletados dados do IBGE e CPT, para mapear alguns desses conflitos, bem como evidenciar a produção de diferentes culturas permanentes e temporárias no Norte de Minas. Após tais análises foram realizados alguns trabalhos de campo em assentamentos, acampamentos e comunidades rurais, cujos indicativos revelam que o campesinato segue resistindo e produzindo, mesmo quando as políticas públicas incentivam massivamente o agronegócio, sobretudo, nos projetos de irrigação. Portanto, salienta-se que o campesinato recria-se continuamente nas Gerais e segue sua longa marcha na terra de trabalho, vida e luta.

Palavras-chave: Resistência camponesa; Conflitos; Agronegócio; Norte de Minas.

Peasant and agribusiness territorialization in the North of Minas Gerais: some preliminary readings

Abstract: Understand peasant resistance in the midst of the great transformations occurred in the countryside through the process of agribusiness territorialisation in the North of Minas Gerais are the central reflections of this work. Thus, it is approached the logic of Minas and the Gerais, starting from the contradictions between peasantry territorialisation and the agribusiness. As secondary objectives, we aim to point out and discuss the conflicts between agribusiness and peasantry, from those generated in the conquest of land to the territorial disputes between these two models in the North of Minas Gerais. It aims to understand the fight for land and the territorialisation between distinct classes, which are in an imminent conflict. To make such analyzes, data from IBGE and CPT were collected to map some of these conflicts, as well as evidence of production of permanent and temporary different crops in the North of Minas Gerais. After this analysis, some fieldwork was carried out in settlements, camps and rural communities, which indicate that the peasantry continues to resist and produce, even though public policies encourage agribusiness, especially in irrigation projects. Therefore, it is stressed that the peasantry continually recreates itself in the Gerais and follows its long march in the land of work, life and struggle.

Keywords: Peasant resistance; Conflicts; Agribusiness; North of Minas.

¹ Doutorando em Geografia Humana - USP e Professor do Departamento de Geociências – UNIMONTES, gustavocepolini@usp.br

Introdução

As discussões ora apresentadas versam sobre a territorialização do campesinato e do agronegócio no Norte de Minas como antagônicas e contraditórias. Por conseguinte, analisa-se alguns elementos da luta pela terra e território a partir dos diferentes conflitos e disputas. Neste contexto, este estudo traz uma breve discussão sobre o processo de desenvolvimento territorial das Minas e os Gerais, cujos povos e comunidades tradicionais de origem camponesa, conhecidamente os geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros, apanhadores de flores, chapadeiros, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, se apropriam de uma fração do território e permitem reconhecer a agricultura camponesa e o agronegócio em sua fase de territorialização e monopolização, tendo ainda a possibilidade de verificar tais cenários a partir da produção de alguns mapas temáticos, bem como o referencial teórico envolvendo a Geografia Agrária.

Assim sendo, metodologicamente esta pesquisa baseou-se numa breve revisão de literatura sobre a questão agrária norte mineira e, posteriormente, na organização dos dados quantitativos e qualitativos, envolvendo a produção e os conflitos nessa mesorregião, seguida de trabalhos de campo nos municípios de Montes Claros, Pirapora, Buritizeiro, Várzea da Palma e Francisco Sá, nos quais ficou evidente a luta pela terra, bem como os desafios e disputas entre a territorialização do campesinato e o agronegócio. Tal estruturação metodológica permitiu a elaboração e análise dos mapas, enquanto instrumentos de síntese e, sobretudo, para indicar novos trabalhos de campo nos municípios cujos dados de produção e conflitos no campo são crescentes e/ou decrescentes. Dessa maneira, indicam novos caminhos para interpretação da latente questão agrária norte mineira.

Como exemplo fundante, destaca-se que as discussões e mapeamento estão respaldados pelos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em consonância com as leituras sobre o campo brasileiro, em especial Silva (1999), Porto-Gonçalves (2000), Oliveira (2001, 2007) e Fernandes (2001), entre outros, para a compreensão do campesinato hodiernamente. Por fim, procura-se trazer para a discussão o entendimento da realidade, bem como os desafios encontrados pelo campesinato ao territorializar em meio às grandes transformações ocorridas sob a égide da modernização no Norte de Minas e também no Brasil.

Para Feitosa e Barbosa (2006), essas transformações ocorrem justamente na utilização das terras devolutas, que comumente eram utilizadas pelas populações locais para sua reprodução social e econômica, mas atualmente estão sob o controle de grupos privados, cujo uso está voltado para a

monocultura de eucalipto e pinus destinada à produção carvoeira, conseqüentemente, abastecendo a siderurgia mineira, assim como para a expansão da pecuária extensiva e, sobretudo, para os projetos de irrigação de culturas frutíferas para exportação², dentre outras atividades.

Costa (2015 e 2015a) também discute a apropriação de terras e os conflitos no Norte de Minas, evidenciando que a formação da propriedade privada da terra foi impulsionada através de práticas que favoreceram as elites locais, a partir das primeiras décadas do século XX. Assim, “[...] desde os anos 1950/60, apoiadas no braço das políticas de Estado, se articularam com as empresas capitalistas, expandindo a grilagem, desmatando o Cerrado, apropriando-se da água e agudizando a questão hídrica e fundiária” (COSTA, 2015a, 03).

Tomando-se como referência este cenário, pode-se constatar que a intensificação da modernização no campo consolidou o modelo agrário/agrícola nacional, dominado pelo capitalismo, ou seja, está ancorado no latifúndio, nas *commodities*, nas máquinas, nos agrotóxicos e em perversas relações de trabalho, acarretando um embate teórico e político cada vez mais amplo, deixando evidente a existência de uma conflitualidade de classes envolvendo camponeses, agronegócio e mineração de forma contínua no Brasil.

Salienta-se ainda, que os camponeses seguem resistindo e lutando contra o capital e constroem possibilidades de recriação e reprodução, sendo que essa luta não é apenas por terra, mas também por uma educação que viabilize seu processo de territorialização e que auxilie no embate contra a territorialização do capital no campo (FERREIRA, 2011).

Assim, o objetivo central deste trabalho é apontar e discutir as conflitualidades entre agronegócio e campesinato, travadas entre estes dois modelos no Norte de Minas Gerais, cujas implicações remetem à luta pela terra e território e, sobretudo, à construção de uma agenda dos povos do cerrado que assegure os princípios de uma agricultura camponesa - sertaneja³, respaldada ainda pela “sociobiodiversidade” e “tradicionalidade” nesse encontro de biomas e vidas.

O Norte de Minas Gerais - as Minas e os Gerais

A região do Norte de Minas Gerais é detentora de características geológicas e biogeográficas riquíssimas, cuja diversidade permitiu a formação do sertão Semiárido – Caatinga, Cerrado e Mata

² Como exemplo destacam-se os Projetos Jaíba, Pirapora e Jequitaiá. Somente o Projeto Jaíba localizado no município homônimo, às margens do Rio São Francisco, foi projetado para irrigar uma área de 100 mil hectares.

³ Sobre essa perspectiva Oliveira, Dayrell e D’Angelis Filho (2011), estabelecem um fecundo diálogo ao analisarem as economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas.

Atlântica⁴, em consonância com os modos de vida da população que tradicionalmente ocupa essas terras⁵. Nota-se que desde os primórdios a região concentra grandes ciclos econômicos importantes, como exemplo a cana-de-açúcar e ouro, além de fornecer gado e derivados da pecuária, trazendo assim características próprias para os municípios e fortalecendo a economia local. No mapa a seguir, é possível localizar a mesorregião Norte de Minas Gerais (Figura 1), bem como os biomas predominantes, quais sejam: Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, que vigoram na paisagem em constante influência sobre as populações que se apropriam dessa diversidade, manejando-a e transformando-a frente os distintos usos e territorialidades seculares.

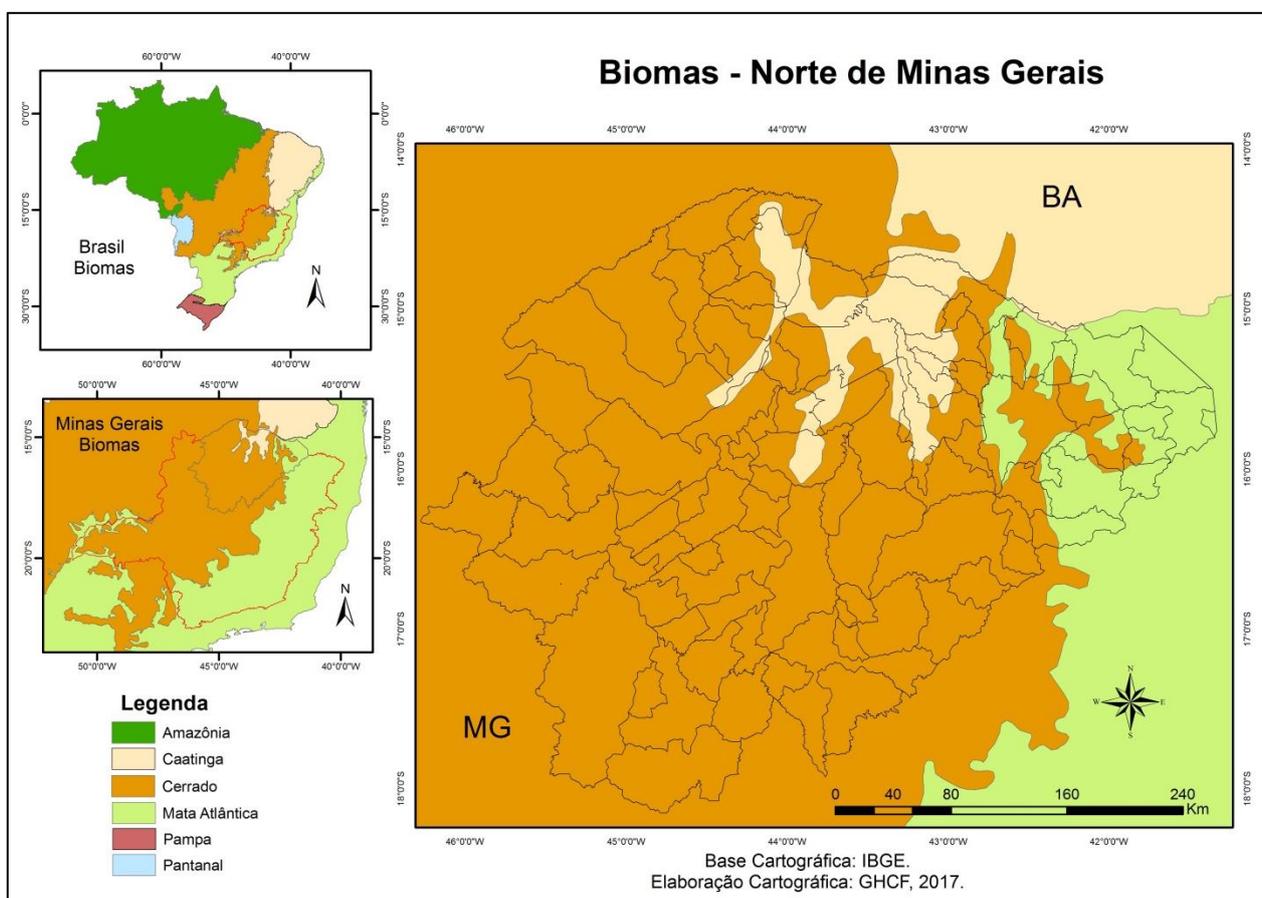


Figura 1: Mapa Biomas – Norte de Minas Gerais.

Fonte: IBGE. Org. GHCF (2017).

A leitura do mapa permite indicar o encontro desses biomas juntamente com as populações que se apropriam do mesmo secularmente e cultivam a terra a partir de diferentes estratégias que asseguram a agrobiodiversidade e, conseqüentemente, a segurança e soberania alimentar dessas comunidades camponesas.

⁴ Constata-se também a existência da Mata Seca.

⁵ Cabe ressaltar que o semiárido mineiro é constituído pelas mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha, que totalizam 10,54% da área do seminário brasileiro (CAA, 2014).

Neste contexto, Costa (2015, p. 1291), salienta que:

O ordenamento territorial mineiro tem um marco específico no século XVIII, quando ainda o Norte de Minas, estava subjugado aos limites das Capitânicas de Pernambuco e Bahia. Com a descoberta dos corpos minerários na região diamantífera se instaurou uma preocupação interna e externa (Coroa Portuguesa) em definir os limites da Capitania de Minas Gerais, ordenar a fundação de Vilas e demarcar a jurisdição das freguesias, para que, com isso pudessem exercer mais controle sobre as terras a serem exploradas pela mineração, como também foi uma preocupação, o abastecimento destas áreas.

Trata-se, portanto, da transição entre biomas e, sobretudo, de uma área de confronto entre as distintas apropriações, para incorporar essas terras no processo histórico de privatização das terras públicas, ou seja, de um processo que

[...] tem modificado drasticamente o regime de uso comum das terras camponesas e quilombolas. Ao longo do tempo, na paisagem de transição, entre o Cerrado e Caatinga, foram desenvolvendo uma particular relação com meio que permitiu construir identidades (geraizeiras, vazanteiras e caatingueiras), que construíram bandeiras de luta pelo território de morada, de reprodução da vida, do trabalho, das formas de alimentar e de ser, nos gerais, nas vazantes dos rios e riachos e na mata seca da caatinga (COSTA, 2015a, 3).

Nesse devir, as indicações de Porto-Gonçalves (2000, p.4), seguem atuais ao reconhecer que:

Há também as culturas de subsistências herdadas pelos familiares de agricultores geraizeiros, vazanteiros e pelos caatingueiros. Apesar de ser tradição, produzir no campo o acesso a terra era restrita, somente para quem tinha poder aquisitivo, eram considerados povos pobres por não ter um pedaço de terra, só seria rico os latifundiários que tivesse grandes territórios, com poder econômico tinha o controle do território e o estado o controle das terras improdutivas.

Além das minas de ouro, havia os campos gerais que são um modo de apropriação comum das terras, ou seja, trata-se de terras públicas utilizadas pelas populações camponesas, que encontrando um pedaço de chão para deixar seu gado, no tempo de plantações nas várzeas, asseguravam sua reprodução e de sua família.

Com o advento da modernização, apregoada com o Estatuto da Terra (1964), os latifundiários, sob a égide de um empresariado rural, avançam sobre tais terras, assim, os Gerais e as chapadas deixaram de ser públicas para beneficiar os latifundiários, deixando principalmente os geraizeiros subordinados, ou mesmo expropriados, de um território em constante disputa.

Cabe ressaltar que o rio São Francisco, enquanto rio importante de integração entre o Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, possui em seus afluentes um importante interposto, que contribuiu ainda para o controle e o povoamento do interior, onde constituíram-se os grandes latifúndios e as pequenas posses, ambos responsáveis pelo desenvolvimento da pecuária extensiva e da agricultura de base familiar, respectivamente. Assim, a posse da terra é, para a maioria da

população camponesa, um grande desafio. Por isso, o aporte de Costa (2015, p. 1296) deve ser salientado, uma vez que:

Todo este processo histórico de privatização das terras e desenvolvimento das formas capitalistas de produção no campo nos gerais, dialeticamente, tem produzido resistências camponesas e quilombolas, que expressam a contradição e as resistências de um povo que reclama por produzir nas terras e que elas sejam “soltas” que na trincheira da luta territorial tem logrado enriquecer o debate ambiental, no que tange ao modo de se relacionar com as particularidades ecológicas na paisagem de transição entre o Cerrado e a Caatinga. Este texto se soma às lutas e resistências históricas, desde a memória dos indígenas cujo sangue se juntou ao território das águas e ao suor dos povos que irrigam de esperanças do sertão dos gerais. Autonomia e liberdade a estes povos.

Tais resistências permanecem atuais no Norte de Minas e vem sendo, dia após dia, intensificadas pelo avanço do agronegócio no Norte de Minas, ora com a conhecida artimanha de expulsar os povos locais por meio dos jagunços, ameaças e assassinatos, ora com a convivência de políticas retrógradas, que impõem um modelo ancorado em grandes projetos de irrigação e recursos públicos para os grandes “proprietários”.

A agricultura camponesa e o agronegócio

A agricultura camponesa vai além das meras necessidades de subsistência, assim, para entender esta diferença entre o camponês e o capitalista, “[...] é preciso não esquecer que a família camponesa trabalha sem utilizar mão de obra paga e, portanto, os motivos para prosseguir, ou não em sua atividade econômica são internos” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 43).

Tal mecanismo para o campesinato é distinto dos processos de monopolização do território pelo capital e da territorialização do capital, conforme apregoado por Oliveira (1999), pois esse revela uma articulação, ou mesmo, uma aliança de classes entre o capital nitidamente industrial e o proprietário de terras, constituindo-se assim, um só agente de capital.

O campesinato, por sua vez, tem uma ordem moral no âmbito da economia familiar que o distingue enquanto classe social. Tal premissa pode ser notada na luta pela terra em busca da reforma agrária, portanto, na organização, controle, hierarquia e autonomia do tempo e também nas demais esferas com as quais precisa lidar. Assim, sua territorialização se manifesta numa fração do território capitalista. Na outra dimensão, o agronegócio se manifesta como:

[...] a expressão da expansão capitalista no campo apropriando-se cada vez mais das terras, considerado uma irracionalidade dentro do sistema capitalista devido sua lógica rentista. O agronegócio possui uma estrutura complexa que compreende a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação. Este sistema possibilitou a concentração de terras nas mãos de grandes empresas nacionais e transnacionais que atuam em diversos setores da economia (ROOS, 2012, p. 2).

Assim, o agronegócio requer a utilização cada vez maior de terras, agrotóxicos e capitais para combater pragas, fertilizar os solos e garantir a sua elevada produtividade, ocasionando inúmeros impactos. Nos territórios onde o agronegócio se territorializa, nota-se uma modificação nas relações sociais, ambientais, trabalhistas e econômicas.

Torna-se indispensável, portanto, a discussão sobre a luta da classe camponesa pela terra, que se recria, contraditoriamente, frente ao processo de territorialização do capital no campo e à sujeição de sua renda ao capital. Tais processos fazem com que os movimentos sociais do campo, mais especificamente o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, não lutem apenas por distribuição de terra e renda, todavia, trata-se de uma luta para a derrubada de várias cercas materiais e simbólicas. Portanto, é nessa perspectiva que devemos pensar a luta e o processo envolvendo os “sujeitos e atores” do campo brasileiro, em especial nas Gerais, uma vez que as lutas e conquistas no campo seguem vivas, e seus sujeitos, apesar da força do capital, continuam construindo, juntamente com sua luta, com conhecimento, cultura e alimentos ancorados em uma sapiência territorial singular.

Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (OLIVEIRA, 2001, p. 5.).

A luta pela terra é uma luta incessante contra o capital. É contra a espoliação e contra a exploração histórica no Brasil. Conseqüentemente, os camponeses sem terra desenvolvem inúmeras estratégias para lutar contra a exclusão causada por essa aliança de classes, que impede a reforma agrária no país e também no Norte de Minas, conforme os dados obtidos na CPT – Comissão Pastoral da Terra, e também oriundos dos trabalhos de campo realizados nessa mesorregião.

Os conflitos e alternativas nas Gerais

Os conflitos são marcas históricas constantes no Norte de Minas, isto é, os camponeses seguem lutando pela reforma agrária e acesso à água. Trata-se de duas dimensões indissociáveis impulsionando os diferentes movimentos sociais agrários que atuam nessa região e também no Jequitinhonha. A atuação do MST, bem como de outros movimentos socioterritoriais, e do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), é um indicador de um amplo processo de reconhecimento das

populações tradicionais e camponesas que lutam pelo acesso a terra, água, educação, financiamento, etc.

Como cenário introdutório das disputas nas Gerais, as análises de Dayrell e Lopes (2016, p. 87) evidenciam a situação hodierna:

Quando se percorre o Norte de Minas pelas suas principais rodovias, analisando a diversidade de paisagens percorridas, um dos seus aspectos marcantes é o predomínio de grandes propriedades. Observam-se imensas áreas de pastagens ou com a monocultura de eucalipto ou da banana que alternam com uma diversidade de formações vegetais associadas com o Bioma Cerrado e formas transicionais com a Caatinga, Mata Seca, e Mata Atlântica, mas também inúmeros povoados, distritos, pequenas cidades e diversos núcleos de comunidades rurais. Se buscarmos no IBGE a confirmação desta percepção, o resultado é imediato: dos 91.163 estabelecimentos agropecuários do Norte de Minas, apenas 15% das unidades produtivas referem-se a empreendimentos de fazendeiros ou empresários e estes ocupam 70% de todas as terras do Norte de Minas.

Nota-se que a concentração fundiária nas Gerais é da ordem de 70% para as grandes propriedades e os 30% restantes, para os demais sujeitos sociais que labutam na terra de trabalho e vida. Assim, constituem-se algumas disputas e conflitos, uma vez que grande parte destes empreendimentos, além de constituírem latifúndios, recebem recursos públicos abastados e visam a expansão, conforme o Relatório “Projeção do Agronegócio: Minas Gerais 2016 a 2026”, cuja segunda edição foi publicada em 2017 pela SEAPA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Minas Gerais.

Tais perspectivas nos permitem inferir que a reforma agrária não acontecerá, e os conflitos territoriais seguirão crescentes, juntamente com a violência no campo. Como síntese dessas contradições apresenta-se a seguir na Tabela 1, os dados inerentes aos conflitos por terra e número de famílias no Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Norte de Minas no período compreendido entre 2000 a 2015, cuja fonte foram os Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, publicados anualmente pela CPT.

Tabela 1: Conflitos por terra e famílias envolvidas no Brasil, SE, MG e Norte de Minas entre 2000 a 2015.

ANO	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias
	BRASIL		SUDESTE		MINAS GERAIS		NORTE DE MG	
2000	564	88.826	72	14.068	18	3.922	2	1.570
2001	681	83.629	35	5.588	17	2.257	2	310
2002	743	85.156	120	8.963	58	7.342	14	1.726
2003	659	104.883	159	31.331	71	8.350	11	2.603
2004	1.398	193.142	144	24.226	55	8.205	13	2.874
2005	1.304	160.770	124	13.109	39	3.681	10	1.356
2006	1.212	140.650	139	14.086	33	3.811	9	1.003
2007	1.027	122.400	133	14.078	43	3.922	11	992
2008	751	70.845	102	9.063	23	2.813	4	739
2009	854	83.058	49	4.469	16	874	4	369
2010	853	70.387	61	5.638	31	2.457	10	1.407
2011	1.035	91.735	57	4.713	36	2.420	6	767
2012	1.067	92.113	78	5.413	29	2.843	9	1.689
2013	1.007	87.015	77	5.830	35	2.532	10	1.445
2014	1.018	120.048	117	9.902	49	3.204	15	2.759
2015	998	120.658	73	5.264	48	3.005	10	1.029
Total	15.171	1.715.315	1.540	175.741	601	61.638	140	22.638
%	100	100	10,1	10,2	3,9	3,6	0,9	1,3

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2001 a 2016). Org. Os autores (2016).

A partir dos dados sistematizados na Tabela 1, nota-se que os conflitos por terra e número de famílias envolvidas são alarmantes no Brasil. No período analisado, totalizam 15.171 conflitos e 1.715.315 famílias envolvidas, apenas em conflitos por terra⁶, e estão territorializados em todos os estados, ou seja, não ocorrem apenas na área de fronteira do agronegócio, mas, contraditoriamente, também em áreas de ocupação antiga, dominada pela agricultura capitalista mais tecnificada. O Sudeste representa o montante de 10,1% de conflitos por terra, e Minas Gerais corresponde ao equivalente a 3,9% do total. Quando comparados os valores inerentes ao Norte de Minas com os seus 89 municípios, pode-se notar que essa mesorregião possui 0,9% dos conflitos por terra e a porcentagem de famílias envolvidas corresponde a 1,3%, a partir de 2002 nota-se uma elevação nesses conflitos com algumas oscilações.

Nas produções cartográficas a seguir, os mapas, além de sintetizar alguns dos conflitos, disputas e alternativas territoriais, permitem enxergar o quadro atual e apontar uma breve prospecção sobre o campo nas Gerais. Assim o mapa a seguir (Figura 2) sintetiza os dados inerentes à Tabela 1, sobre o Norte de Minas, evidenciando os conflitos por terra.

⁶ De acordo com a metodologia utilizada pela CPT, pode-se reconhecer nestes conflitos as ocorrências diretas contra os camponeses, assim como aquelas existentes em ocupações e acampamentos.

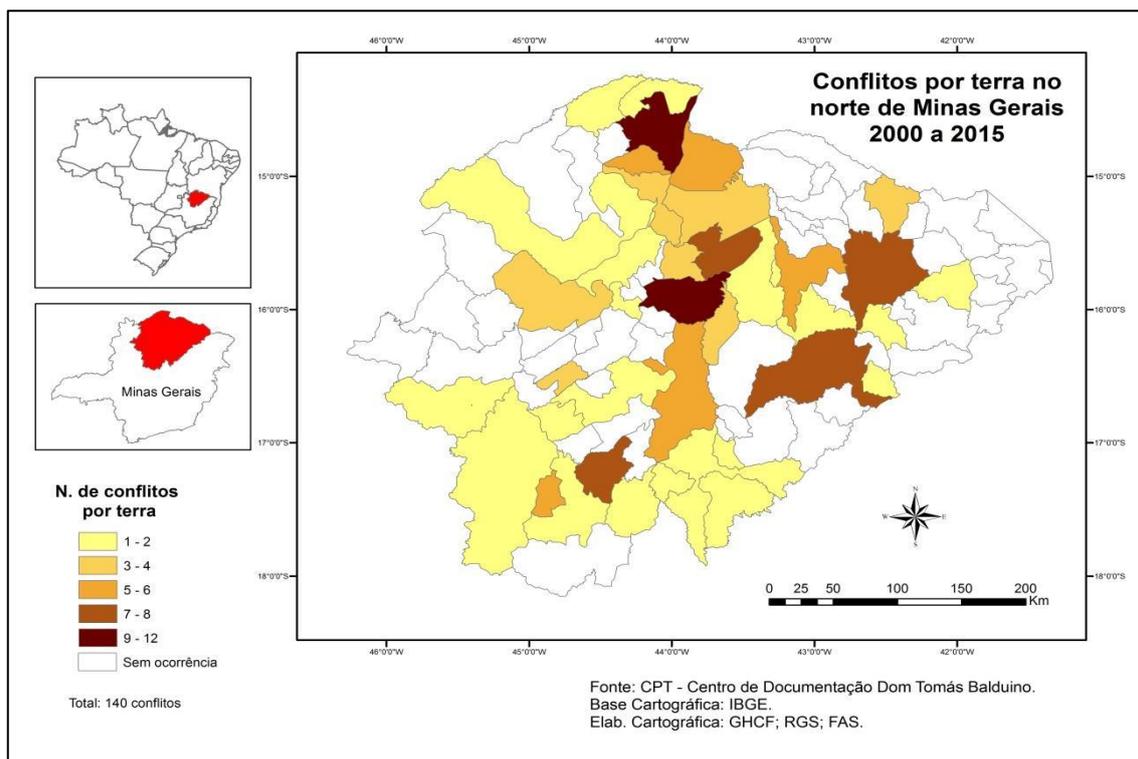


Figura 2: Mapa Conflito por terra no Norte de Minas Gerais 2000 a 2015.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2001 a 2016). Org. Os autores (2016).

O mapa mostra que há um grande número de ocorrências no Norte de Minas, com destaque para os municípios de São João da Ponte e Manga tendo 12 e 11 conflitos respectivamente, Rio Pardo de Minas, Jequitai e Verdelândia com 8 conflitos, Grão Mogol com 7 e Pirapora e Matias Cardoso com 6 conflitos por terra registrados no período de 2000 a 2015.

Os dois mapas a seguir (Figuras 3 e 4) revelam uma possibilidade importante presente nas Gerais, as Comunidades Quilombolas, já reconhecidas e tituladas e outras em processo de reconhecimento, já o seguinte indica, a territorialização de 81 assentamentos rurais vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais evidenciam parte das constantes mobilizações, articulações e projetos advindos dessa construção dos povos e comunidades tradicionais, camponesas e indígenas no Norte de Minas⁷. Salienta-se ainda que a população rural do Norte de Minas totaliza 492.100 habitantes (30,5%), e quando somado ao Vale do Jequitinhonha, esse montante ultrapassa 37% da população nessas duas mesorregiões de Minas Gerais. Constata-se assim, que tal população camponesa segue na luta, resistindo e produzindo, a partir da lógica da terra de trabalho e vida.

⁷ Ressalta-se também a existência da Terra Indígena Xakriabá no município de São João das Missões e, sobretudo, o “Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro, como estratégia para adaptação às mudanças climáticas, e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais 2014-2020) construído pelo Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas, Articulação Seminário Brasileiro e Rede de Agrobiodiversidade do Seminário Mineiro (CAA, 2014) .

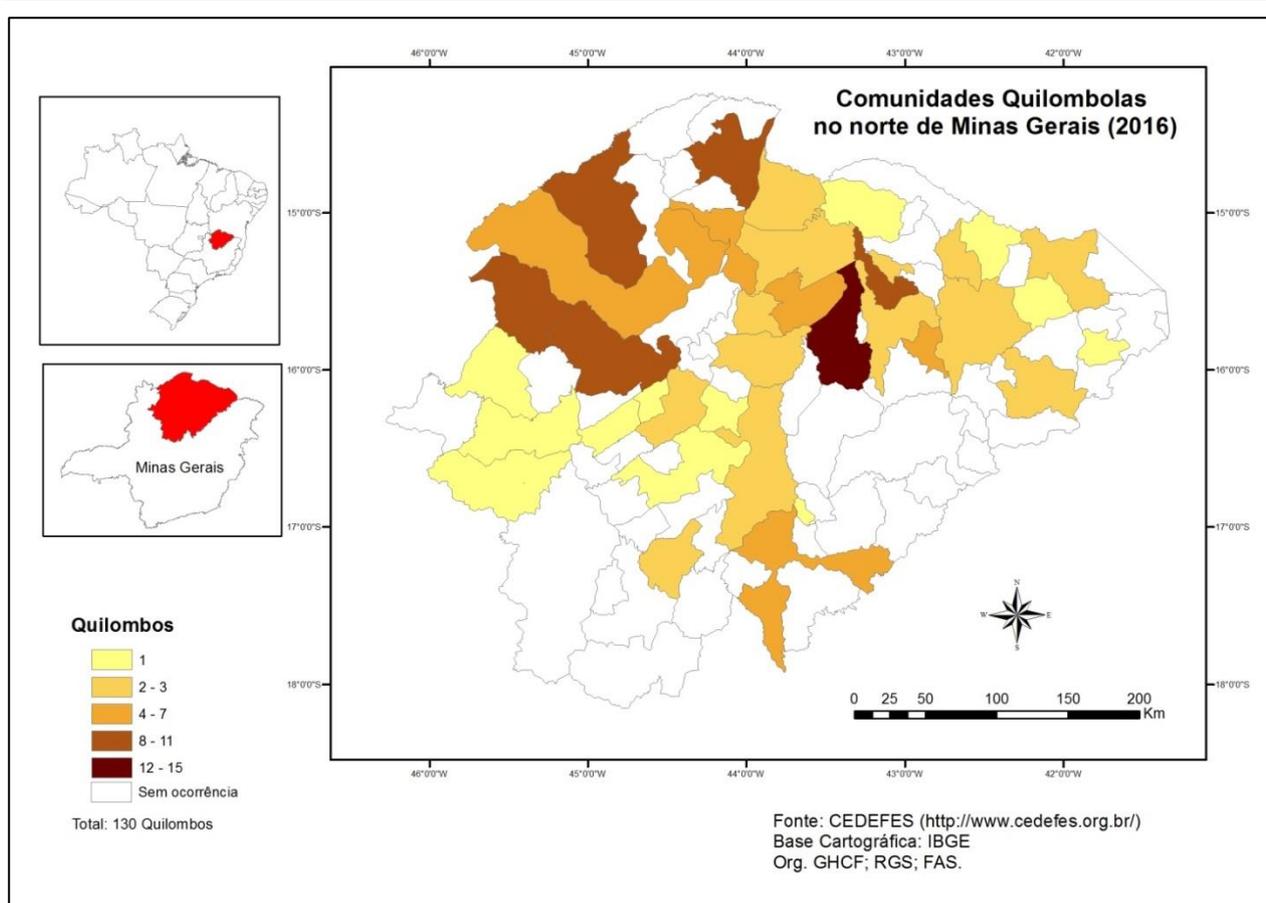


Figura 3: Comunidades Quilombolas no Norte de Minas Gerais. Fonte: CEDEFES. Org. Os autores (2016).

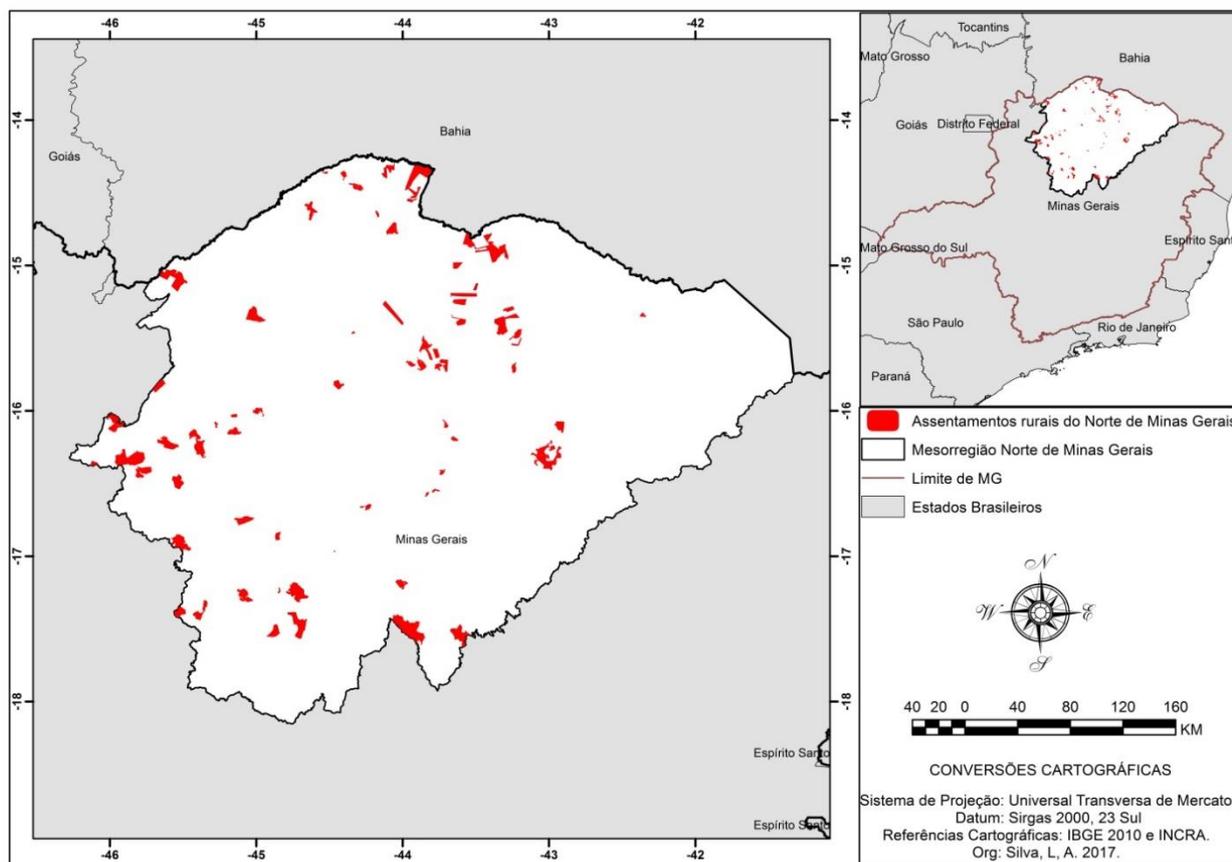


Figura 4: Mapa Assentamentos Rurais no Norte de Minas Gerais 2010. Fonte: INCRA. Org. LAPS (2017).

A luta pela terra no Norte de Minas Gerais: uma leitura da questão agrária

As ocupações de terra, como maneira de conquistá-la, não é uma estratégia nova, há muito tempo os camponeses sem terra tem optado pela ocupação de terras no país, o mesmo acontecendo, com certa frequência, no Norte de Minas. Prova disso, é a luta do MST e, mais recentemente, das Ligas dos Camponeses pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, em prol de uma ampla reforma agrária. Sobre o MST, Feitosa (2008, p. 62) afirma que:

Com sua bandeira de luta em favor da reforma agrária, o MST vem promovendo ocupações de terras, desenvolvendo novas estratégias de luta e ações políticas organizadas, enfrentando as elites agrárias, reordenando os espaços, o território do latifúndio e também desafiando a organização territorial do espaço.

Assim, pode-se reafirmar que tais movimentos constroem a reforma agrária, utilizando como estratégia a ocupação de terra, sobretudo, públicas e/ou aquelas que não cumprem função social, conseqüentemente, vivenciam inúmeros conflitos com as elites fundiárias. No Norte de Minas, além da terra em si, o acesso à água é fundamental, e constantemente o agrohidronegócio⁸ também se apropria desse recurso e recria novos conflitos, o mapa a seguir (Figura 5) sintetiza parte dos conflitos por água no período de 2000 a 2015.

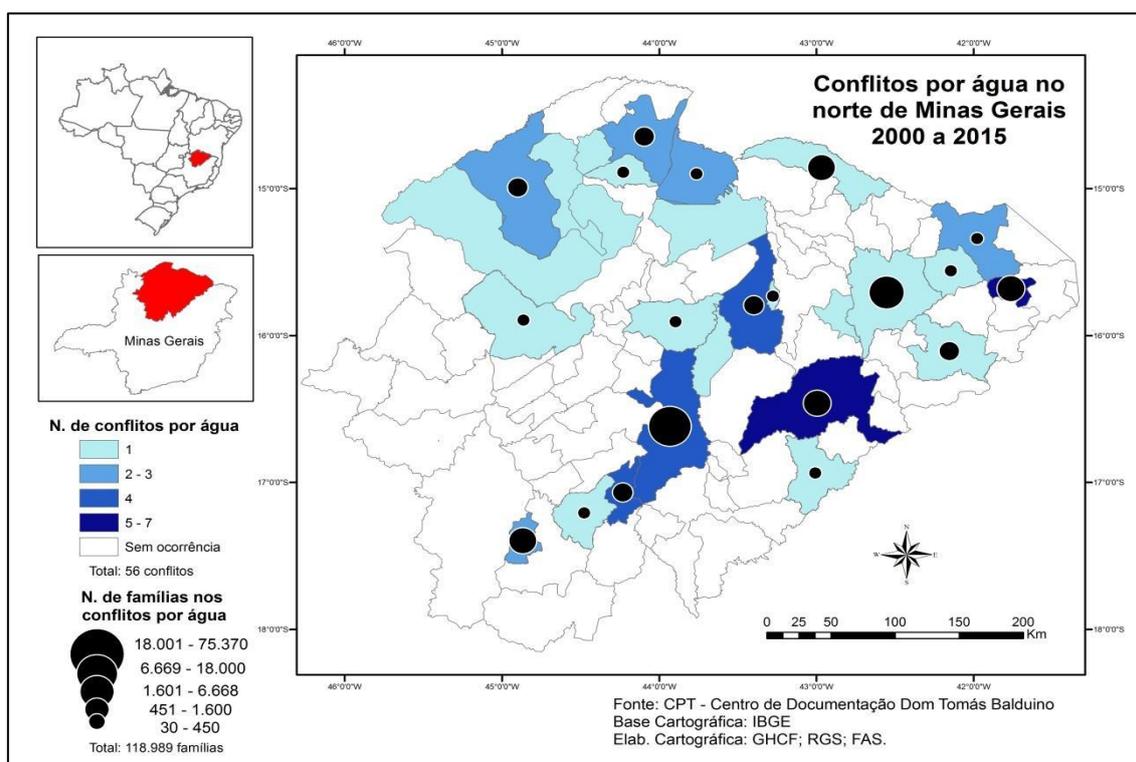


Figura 5: Mapa Conflitos por água 2000 a 2015 no Norte de Minas.
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2001 a 2016). Org. Os autores (2016).

⁸ Entendido no âmbito dessa pesquisa como: “[...] territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão das águas, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água [...]” (TORRES, 2007, p. 15).

Nota-se que muitos conflitos por água estão sobrepostos aos conflitos por terra. Neste contexto, os municípios de Berizal, Grão Mogol, Montes Claros, Janaúba, etc., detêm a maioria das ocorrências no período analisado. Como proposta complementar, pode-se inferir que os canais de irrigação e a escassez pluviométrica nos últimos anos agravam tais conflitos, demandando mediação constante do Estado, pois o acesso à água é primordial para permanência na terra.

Agropecuária do Norte de Minas Gerais

A centralidade de Montes Claros na agropecuária é indiscutível, e ano após ano, tais atividades consolidam-se, atreladas ao avanço do agronegócio. Estima-se, segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, que o agronegócio concentre cerca de 20% da população economicamente ativa do estado e vem crescendo ao montante de 6,22% do PIB anualmente. Neste cenário, a pecuária representa aproximadamente 40%, e espera-se que seu crescimento seja da ordem de 4,04% anual até 2026 (MINAS GERAIS, 2017).

A partir desse breve cenário, os mapas apresentados a seguir (Figuras 6, 7 e 8) revelam algumas situações obtidas do Censo Agropecuário do IBGE (2010), e permitem visualizar de qual campo estamos tratando, ou seja, da territorialização camponesa e do agronegócio.

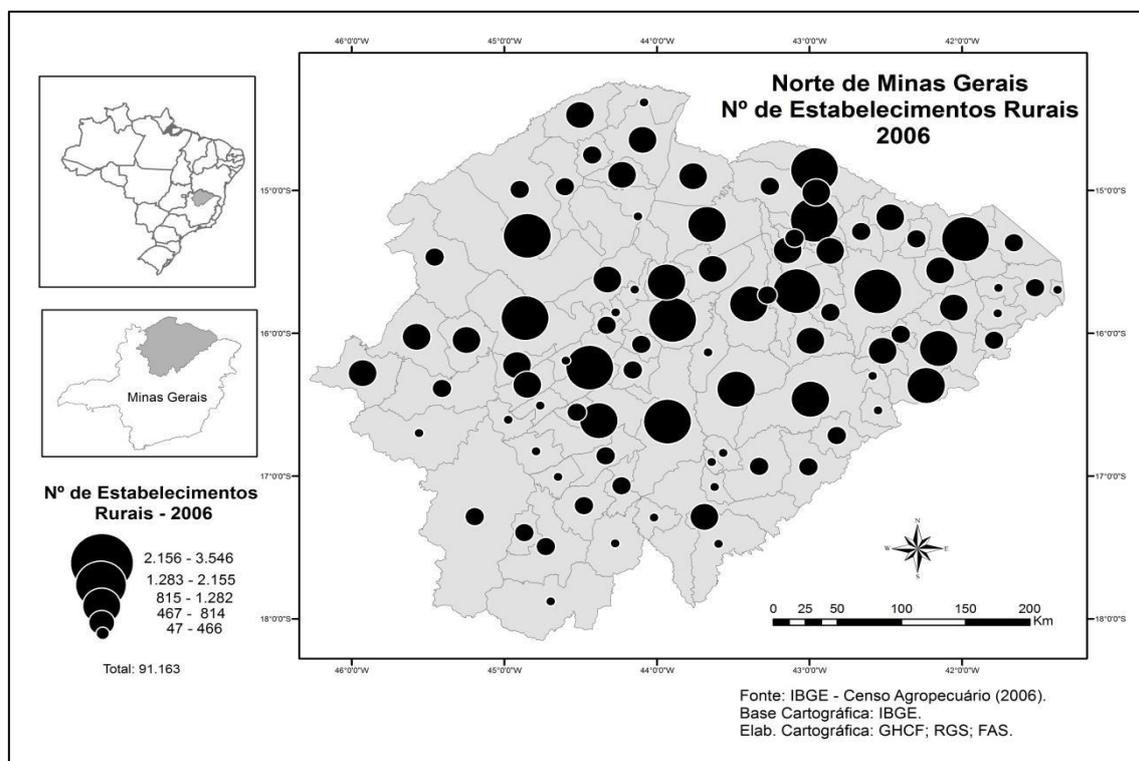


Figura 6: Mapa do número de estabelecimentos rurais no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

Em relação aos dados gerais do referido Censo Agropecuário, vale salientar que as pequenas propriedades são responsáveis pela maioria da produção de alimentos no país. Dito isto, no Norte de Minas, os estabelecimentos agropecuários totalizam 91.163 unidades e ocupam uma área de 5.937.500 hectares. Os municípios com maior destaque são Rio Pardo de Minas, Espinosa, São João da Ponte, Varzelândia e Montes Claros, entre outros.

Os próximos mapas versam sobre as lavouras temporárias e permanentes no Norte de Minas. No primeiro, salienta-se que são culturas produzidas em alguns períodos do ano, em função das precipitações e também das práticas camponesas e alimentares comuns na região. Destacam-se as seguintes culturas: abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata, cana de açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão e etc., tendo nos municípios de Jaíba, Rio Pardo de Minas, Riachinho e Miravânia os maiores indicadores dessas lavouras.

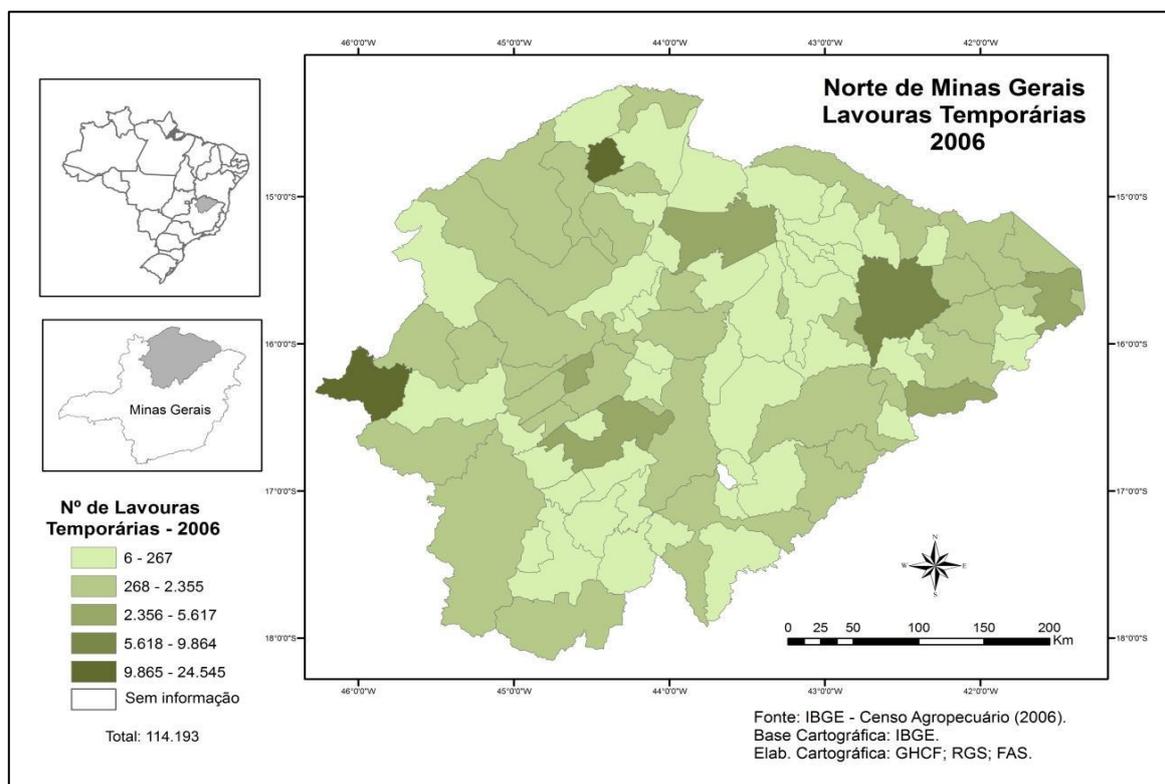


Figura 7: Mapa Lavouras temporárias 2006 no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

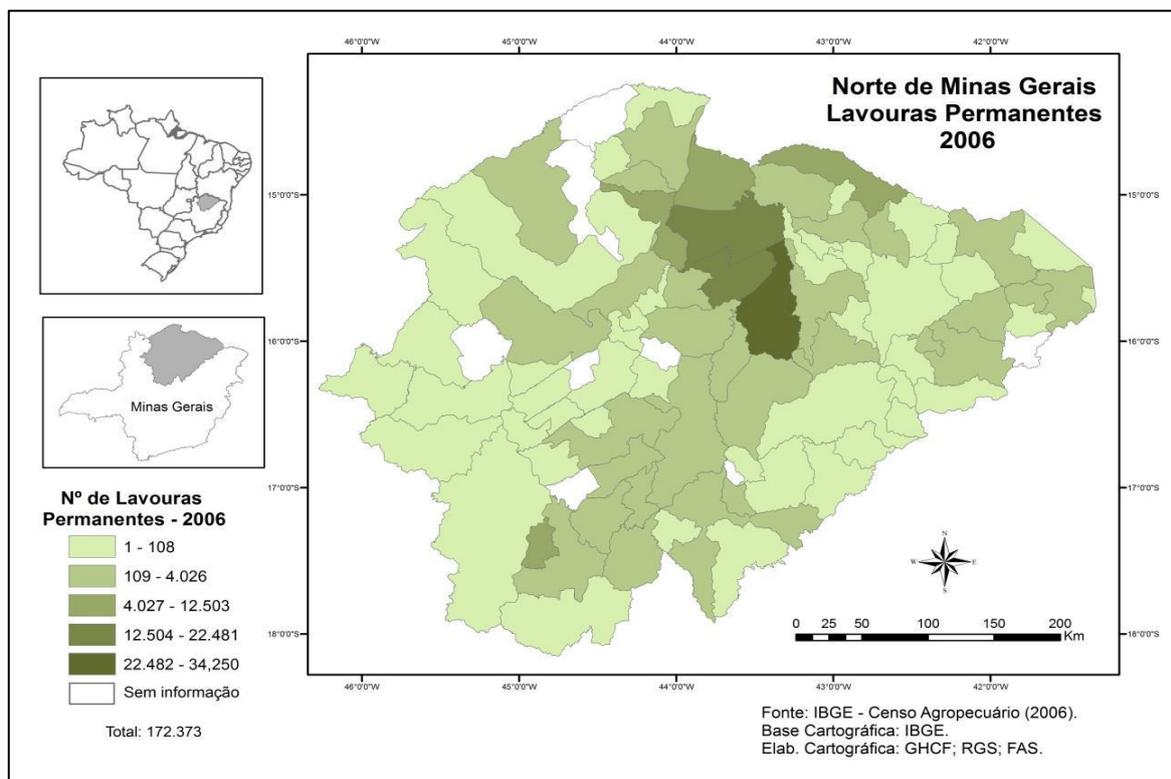


Figura 8: Mapa Lavouras permanentes 2006 no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

Em relação às culturas permanentes, destacam-se os municípios de Janaúba, Jaíba, Pirapora, Verdelândia, Espinosa, etc., viabilizadas por diferentes políticas públicas federais e estaduais, com destaque para as culturas de café, laranja, cacau, banana, uva, etc.

Neste contexto, as pesquisas de Leite et al. (2014) revelam que a agricultura irrigada com pivôs centrais vem crescendo substancialmente no Norte de Minas. Para tecer tais análises os autores utilizaram os recursos oriundos do Sensoriamento Remoto, para comprovar tal avanço foram elencados dados em três momentos distintos, quais sejam: em 1986, 1996 e 2010. Dentre os resultados nota-se que:

[...] no ano de 1986 o número de pivôs centrais era de 235 e passou para 290 em 1996, registrando um aumento de 23,4% com uma área total de 169,52 km² e 212,86 km² em 1986 e 1996, respectivamente. Já de 1996 a 2010 apresentou um crescimento de 102% passando de 290 para 586 pivôs centrais, num total de 416,08 km², em área de pivôs centrais. Isto indica um aumento significativo de investimentos na constituição desse sistema de irrigação no Norte de Minas (LEITE et al., 2014, p. 427).

O mapa a seguir (Figura 9) contribui para a visualização dos pivôs centrais, existentes no Norte de Minas, nos três períodos elencados para a referida pesquisa.

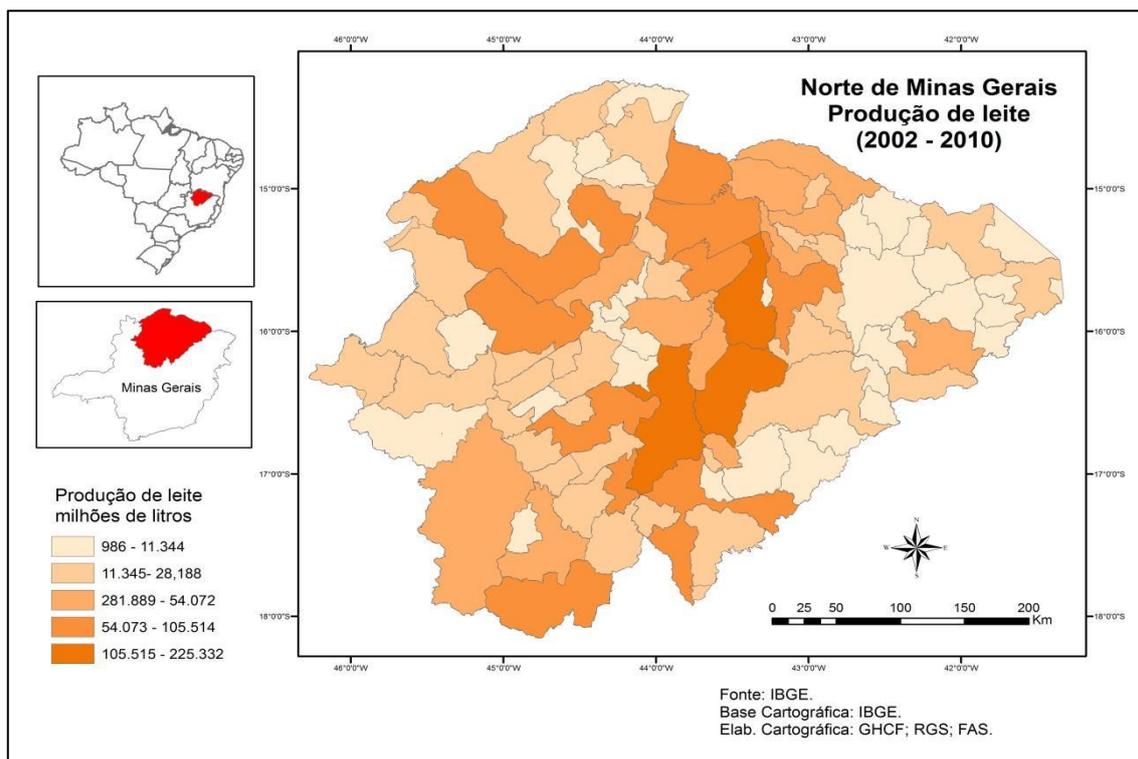


Figura 10: Mapa de produção de leite 2002 a 2010 no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

O leite é fornecido para o consumo da população em geral e também entregue para laticínios. Nota-se muitas dificuldades, sobretudo no período de seca, por esse motivo há uma complementação alimentar para o gado, com a introdução de palhas, cana, capim de corte e raspa de mandioca, evitando assim uma queda brusca na produção leiteira. Os municípios com maior relevância na produção leiteira são: Montes Claros, Janaúba, Francisco Sá, etc.

Em relação à produção de bovinos e aves, nota-se um direcionamento para o mercado local, também vinculada à produção destinada aos frigoríficos. Nestes dois segmentos a produção dos camponeses é significativa, e parte dessa produção é reservada justamente para atender à demanda crescente dos frigoríficos.

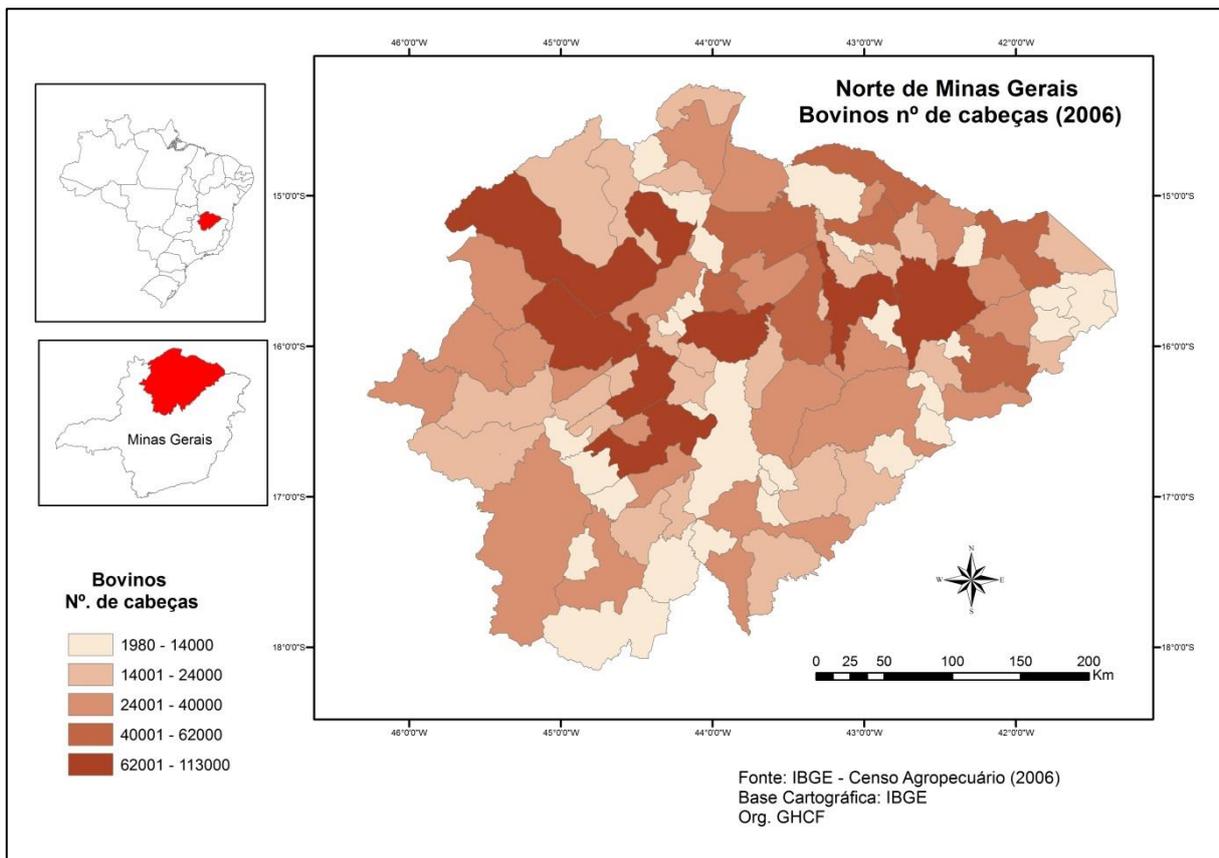


Figura 11: Mapa Nº de Bovinos no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

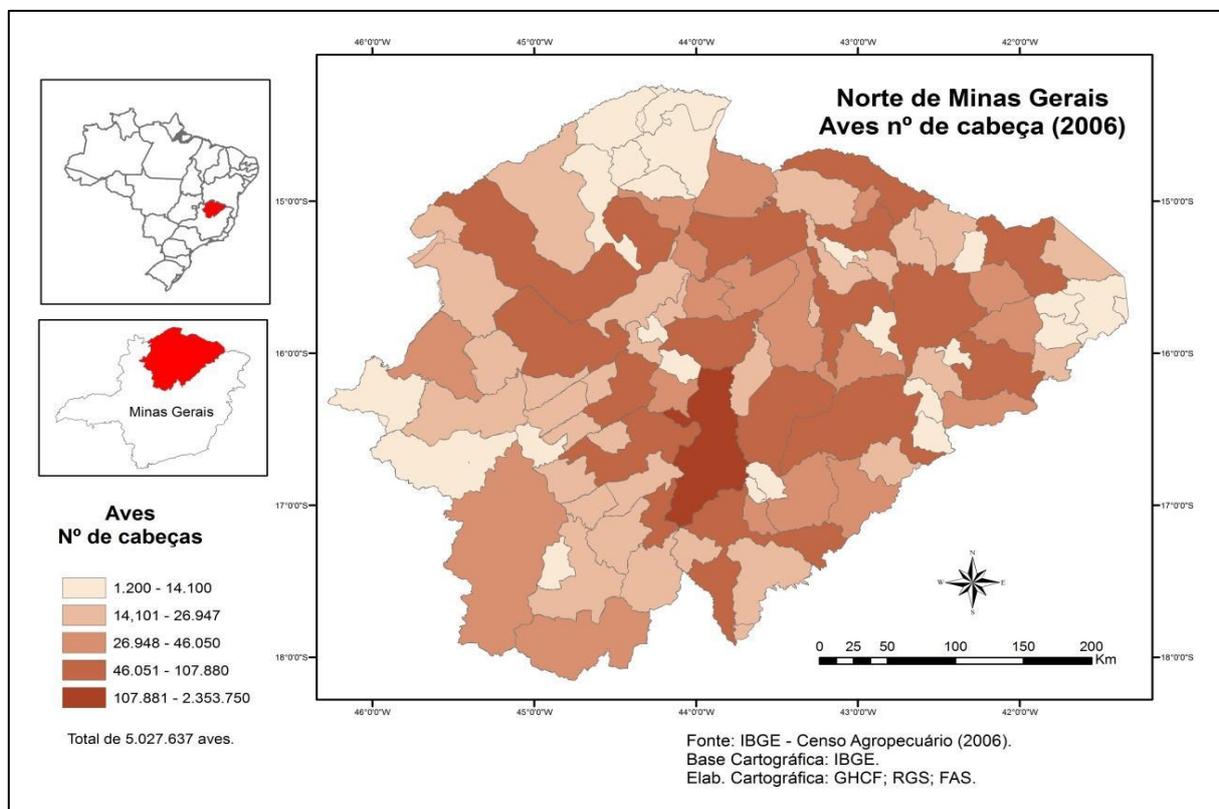


Figura 12: Mapa Nº de Aves 2006 no Norte de Minas.
Fonte: IBGE (2010). Org. Os autores (2016).

De acordo com levantamento da Emater-MG (2016), em Montes Claros e municípios próximos, cerca de 17,6 mil agricultores familiares¹⁰ trabalham com avicultura no sistema caipira, a Emater-MG dispõe de tecnologias para melhorar a produtividade da avicultura familiar, oferecendo assistência técnica aos produtores, para melhorar a produtividade, com foco nos pilares: escolha da raça, nutrição, manejo sanitário, prevenção de doenças, e instalações adequadas. Destes, 48% é destinado a produção de galinhas e 10% a produção de ovos. Neste último mapa (Figura 12) destacam-se vários municípios como: Montes Claros, Jaíba, Espinosa, Rio Pardo de Minas e etc. Em relação a Montes Claros, nota-se a maior produção neste segmento. Por fim, salienta-se que os dados do IBGE indicam que há produção em todos os municípios, seja no âmbito do autoconsumo, ou também para o mercado externo *in natura*.

Considerações finais

A partir das análises realizadas, pode-se reafirmar que o camponês não desapareceu, pelo contrário, continua se reproduzindo e recriando estratégias de sobrevivência para a sua permanência na terra de trabalho e vida. Mesmo que essa classe esteja em constantes conflitos frente ao avanço do agronegócio, os indicadores de produção e conflitos no campo seguem com contradições a serem sanadas no devir histórico no Norte de Minas e, conseqüentemente, no país. Assim, o campesinato no Norte de Minas reivindica seu lugar para além do mercado, ou seja, territorializa-se na terra de trabalho e vida e indica que tal luta representa um contexto de soberania, segurança e modo de vida, repleto de singularidades e simbologias, calcadas em uma agrobiodiversidade. Neste sentido, as resistências, manifestações, conflitualidades e alternativas camponesas analisadas nessa pesquisa, seja nos dados quantitativos ou nas áreas em que realizamos os trabalhos de campo, servem como uma leitura incipiente sobre a longa disputa territorial, travada entre o campesinato e o agronegócio nas Gerais, talvez por isso, o tema do 8º Congresso da LCP – Ligas dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, seja tão atual e necessário, ou seja, “Contra a crise: tomar todas as terras do latifúndio!”¹¹.

¹⁰ Denominação utilizada pela Emater-MG.

¹¹ Realizado em outubro de 2015 em Januária-MG.

Agradecimentos

Essas análises estão vinculadas às pesquisas: “Atlas da questão agrária norte mineira” e “A questão agrária nos filmes de Adrian Cowell: a década da destruição – 1980 a 1990”, desenvolvidas no âmbito do Departamento de Geociências - UNIMONTES com apoio da FAPEMIG.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Sociedade Nacional de Agricultura**. Disponível em: <<http://sna.agr.br/demanda-estimulacao-de-frangos-e-galinhas-caipiras>>. Acesso em: 26 dez. 2016

BRASIL. **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/demanda-e-assistencia-tecnica-estimulam-criacao-de-frango-caipira-em-minas-gerais>>. Acesso em: 26 dez. 2016

CAA. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais 2014 - 2020**. Montes Claros: CAA, 2014.

COSTA, Sandra H. G. Os grilos dos Gerais: apropriação de terras e conflito agrário no Norte de Minas. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**, p. 1288-1298, 2015.

_____. Terra seca, chão fecundo: grilagem de terras e conflito agrário no Norte de Minas Gerais. **Anais do SINGA**, 2015a.

CPT. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Frango caipira em MG**. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/noticias/demanda-e-assistencia-tecnica-estimulam-criacao-de-frango-caipira-em-minas-gerais>>. Acesso em> 26 dez. 2016.

DAYRELL, Carlos Alberto; LOPES, Frederico Antonio Mineiro. O sertão em mutação. **Revista Desenvolvimento Social**, nº 19/01, 2016. p. 87-94.

EMATER – MG. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais** <<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar. **A luta pela terra no Norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST: o estudo da Brigada Camilo Torres**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Uberlândia- MG: UFU, 2008.

FEITOSA, Antônio Maurílio A.; BARBOSA, Rômulo S. A dinâmica de luta pela terra no Norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, Antônio Maurílio A.; ZUBA, Janete A. G.; CLEPS JR, João (Orgs.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

FERNANDES, Bernardo. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **No chão e na Educação: o MST e suas reformas.** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2011.

IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

LEITE, Marcos E.; ALMEIDA, J. W. L.; SILVA; R. F. da. Análise Espaço-Temporal do Eucalipto no Norte de Minas Gerais nos Anos de 1986, 1996 e 2010. **Revista GeoTextos**. vol,8. 2012. p.59-74.

LEITE, Marcos E. et al. Mapeamento da dinâmica espaço-temporal dos pivôs centrais no norte de Minas gerais, através do sensoriamento remoto. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 418-435, abr., 2014.

MINAS GERAIS. **Projeções do Agronegócio: Minas Gerais 2016 a 2026.** 2ª ed. Belo Horizonte: SAEA, 2017.

MONTES CLAROS. **Expomontes.** Disponível em: <<http://www.sociedaderural.com.br/2014/index.php/expomontes/noticias/index/117>> . Acesso em: 26 dez. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In.: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo, Contexto, 1999.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, Vol. 15, n. 43, São Paulo, Set/ Dez. 2001.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Cláudia L.; DAYRELL, Carlos A.; D'ANGELIS FILHO, João S. Economias invisíveis e comunidades tradicionais no norte de Minas. In: GAWORA, Dieter; IDE, Maria H. de; BARBOSA, Rômulo S. (Orgs.) **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. As Minas e os Gerais – breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000.

ROOS, Djoni. A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. **XIII Jornada do trabalho**, UNESP: Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/16.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Cerrados e camponeses no norte de Minas: Um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas.** 1999. Dissertação (Mestrado - Geografia e Organização Humana do Espaço) - Instituto de Geociências - UFMG, Belo Horizonte/MG, 1999.

TORRES, Avani. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo. UFPE, Recife, 2007.